

## **A INTERDISCIPLINARIDADE E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO LIFE PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

JOSIELE OLIVEIRA DA SILVA<sup>1</sup>; MAIRA FERREIRA<sup>2</sup>; ROBLEDO LIMA GIL<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Universidade Federal de Pelotas – josielequimica@gmail.com*

<sup>2</sup> *Universidade Federal de Pelotas – mmairaf@gmail.com*

<sup>3</sup> *Universidade Federal de Pelotas – robledogil@yahoo.com.br*

### **1. INTRODUÇÃO**

As Diretrizes Curriculares que norteiam os objetivos do Ensino Médio defendem um tipo de ensino centralizado no trabalho, na pesquisa e que traga para dentro das salas de aula a contextualização e a interdisciplinaridade. Esse tipo de ensino é o que vem sendo proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a formação de cidadãos críticos, pensantes e atuantes dentro da sociedade em que vivem.

A interdisciplinaridade é tomada como ênfase para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois refere um ensino não fragmentando em disciplinas, o que daria mais sentido para aquilo que é trabalhado nas escolas.

Dentro dessa perspectiva, a contextualização e a interdisciplinaridade se tornam centrais no processo de implantação da proposta de reestruturação curricular na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. A proposta dos documentos oficiais para esta reestruturação visa melhorar os baixos índices de aprovação assim como os altos de índices de reprovação e abandono dos alunos da rede pública estadual no estado do Rio Grande do Sul.

A Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011- 2014 propõe sua implantação de forma gradual, entre os anos de 2012 e 2014 (SEDUC-RS, 2011). Segundo o documento, a proposta se baseia na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), de 1996, tendo o Ensino Médio Politécnico (EMP) suas bases no trabalho pedagógico divididos em áreas de conhecimento, na relação teoria-prática, na avaliação emancipatória, no trabalho e na pesquisa como princípios educativos.

Para que esse EMP seja efetivado nas escolas, é preciso pensar em como está sendo feita a formação de docentes nas universidades do país, pois sabemos que formação de professores em um curso de Licenciatura é imprescindível para o sucesso nessa carreira.

Políticas públicas oficiais para a formação de professores têm sido construídas para possibilitar o enfoque interdisciplinar ainda nos cursos de formação. O Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE-(Capes) é uma dessas iniciativas que têm sido desenvolvida na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir de 2013.

Visando superar o modelo de formação com ênfase apenas disciplinar foi proposto a criação do laboratório de ensino interdisciplinar Química-Biologia, objetivando o desenvolvimento de estudos e ações de cunho interdisciplinar para a qualificação dos futuros professores, buscando unir o saber teórico e prático.

O presente trabalho busca apresentar o projeto LIFE-UFPel articulando-o com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para formação de professores e analisar seu papel considerando a formação de docentes para atuar no EMP.

## 2. METODOLOGIA

Inicialmente foram analisados os textos oficiais que regem as leis dentro da educação no país e no estado, tendo como exemplo as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2012) e a Proposta de Reestruturação do Ensino Médio, implantada nas escolas do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2012.

A partir da análise desses documentos, procurou-se na literatura a situação em que se encontrava a educação no estado, assim como o processo de implantação da proposta de EMP dentro das escolas do Rio Grande do Sul. Deu-se ênfase à importância da interdisciplinaridade dentro da escola e também na formação de professores.

Junto a isso, discutiu-se a proposta de implantação de um laboratório interdisciplinar na formação pedagógica de alunos dos cursos de licenciatura em Química e Biologia e, também, a reflexão sobre a importância da interdisciplinaridade fazer parte da formação de futuros docentes, mesmo antes de atuarem em sala de aula.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais defendem uma educação que aprofunde os conhecimentos desenvolvidos no Ensino Fundamental, que prepare o educando para o trabalho e para execução de sua cidadania, que incentive a ética, que forme cidadãos críticos e pensantes e que possibilite relacionar a teoria com a prática.

Nesse sentido, as orientações é que o ensino priorize conhecimentos relevantes para o cotidiano e realidade do aluno, e que o currículo seja organizado em áreas de conhecimento de modo a atender a orientação de que “A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento” (BRASIL, 2012, p. 6).

Analisando as diretrizes, vimos que a escola brasileira parece estar longe do que é indicado nos documentos. Em muitas escolas, o ensino parece ser bastante tradicional, sem contextualização de conhecimentos ou interligação entre as disciplinas, aponta para uma formação de pessoas que memorizam conteúdos sem que esses façam sentido em suas vidas. Esse processo e método educativo fragmentado contribui para que os alunos de Ensino Médio estejam cada vez mais desinteressados em frequentar a escola.

Em função do que tem sido denominado fracasso escolar na etapa finalizadora da Educação Básica, e anunciando medidas esse problema, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC - RS), propôs em 2011 um novo modelo de ensino para as escolas da rede estadual, o Ensino Médio Politécnico (EMP). Essa implantação tem gerado muita polêmica nas escolas, especialmente entre os professores.

De acordo com Azevedo (2013), a discussão sobre o papel do EM vai além dos resultados negativos que vêm sendo divulgados.

Está em questão sua funcionalidade, organização curricular, qualidade da formação dos docentes, financiamento e, em particular, os desafios da formação humana no âmbito das grandes transformações no campo do trabalho, cultura, ciência e tecnologia que atravessam a sociedade contemporânea. Essas mudanças geram uma contradição entre o funcionamento do Ensino Médio tradicional e sua capacidade de motivar a juventude para a permanência no espaço escolar (p. 27).

A falta de diálogo entre a realidade do estudante e a escola, pode fazer com que ele sinta rejeição em relação à escola. O EMP é apresentado como uma tentativa de modificar o quadro educacional do estado do Rio Grande do Sul, estando sua proposição anunciada na reformulação do EM baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM, 2012), ao apontar que:

O Ensino Médio Politécnico tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania (SEDUC/ RS, 2011, p. 10).

As bases que norteiam a implantação do EMP se fundamentam na interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento, na relação entre teoria e prática e no trabalho com princípio educativo e na avaliação emancipatória. Ressaltamos que o entendimento que apresentamos sobre interdisciplinaridade é de união de diferentes contribuições (áreas) para explicar e analisar um determinado fenômeno, integrando os diferentes elementos ali existentes, fazendo com que os saberes disciplinares se tornem mais significativos e tenham contextos mais amplos.

De acordo com o art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012), “o ensino deve se basear em princípios de interdisciplinaridade e contextualização, de modo favorecer a significação de conteúdos que, muitas vezes, são vistos de modo segmentado e talvez por isso não façam o menor sentido para os alunos, não contribuindo de forma significativa para a suas aprendizagens”. Segundo (Rocha, 1989 apud AZEVEDO, 2013):

as legislações atuais que normatizam a Educação Básica, estimulam a reorganização curricular da escola, propondo a superação da fragmentação do conhecimento e reforçando o desenvolvendo de uma articulação interdisciplinar, por áreas de conhecimento, para a realização de atividades que, inclusive, favoreçam o protagonismo juvenil. (p. 142)

Vemos que as tentativas de transformar a educação tradicional encontram dificuldades, uma vez que o ensino transmissivo, disciplinar e memorístico parece estar enraizado nas escolas e na percepção dos professores que atuam nessas escolas. Na proposta do EMP, a interdisciplinaridade se apresenta como um meio, eficaz e eficiente, de articulação do estudo da realidade e produção de conhecimento com vistas à transformação. (SEDUC/RS, 2011).

Essa questão também está ligada à formação de professores dentro das universidades. De acordo (Rocha, 1989 apud AZEVEDO, 2013 p. 148):

[...] existem poucas licenciaturas com caráter interdisciplinar, em geral restrito ao nível de mestrado. Contudo, os problemas complexos que o contexto de vida, a realidade, coloca só podem ser estudados e compreendidos pela cooperação entre diversos componentes curriculares e seus vínculos com o contexto de produção do conhecimento, embora no processo de escolarização sejamos ensinados a separar o conhecimento de seu contexto.

Destacamos que com o tipo de formação acadêmica que conhecemos, os docentes têm dificuldade em realizar mudanças em uma escola que não favorece a aprendizagem dos alunos, tornando-os meros expectadores do “ensino” do professor e não um sujeito ativo no processo. Com essa realidade, é de extrema

importância que a universidade se disponha a planejar e desenvolver projetos com foco em abordagens interdisciplinares, na formação dos novos docentes.

Dentro dessa perspectiva, a CAPES lançou um edital em 2012 para o desenvolvimento de laboratórios de ensino com caráter interdisciplinar. Submetemos um projeto ao edital LIFE (Capes) e tivemos aprovado a proposição da Universidade Federal de Pelotas, que consistia em um projeto composto por três subprojetos: o Laboratório de Multilinguagens (LAM), O Laboratório de Ensino – Licenciatura em Biologia e Química, e a Brinquedoteca - Curso de Pedagogia.

O projeto, em geral, propõe a criação de laboratórios, buscando qualificar a formação inicial e continuada de professores de cursos de licenciatura da instituição, imprimindo um caráter interdisciplinar e inovador, de modo a articular os saberes e práticas desenvolvidas dentro dos cursos de formação de professores.

Um dos objetivos do Laboratório de Ensino – Licenciatura em Química e Biologia é estabelecer vínculos mais efetivos entre a Universidade e as Escolas de Educação Básica. O Laboratório de Ensino, para os cursos de Licenciatura em Química e Biologia, tem como metas fortalecer a prática interdisciplinar na formação dos professores de ciências para o ensino fundamental e médio, estabelecer interfaces entre o que é ensinado na universidade com as demandas das escolas da região e oportunizar a construção de novas metodologias de ensino.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir do presente trabalho, pode se concluir que a interdisciplinaridade já deve estar presente dentro dos cursos de licenciatura, visto que, essa aproximação prepara melhor o futuro professor para uma prática docente que tenha como princípio a contextualização e a aproximação dos conhecimentos à realidade dos alunos.

Dentro dessa perspectiva, é de grande importância projetos como o LIFE, que contribuem com a reflexão sobre a importância da inovação na prática pedagógica e a criação de estratégias que possibilitem a construção de conhecimentos, oportunizando aprendizagens mais efetivas, tanto para os professores em formação, quanto para os estudantes de educação básica, contribuindo no processo de qualificação das políticas e práticas educacionais.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J.C, REIS, J.T. **Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo; Moderna 2013, 1ed.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais – Ensino Médio. CNE/ Res. Nº 2 de 30/01/12

ROCHA, S.J.S. interdisciplinaridade: Possibilidades na Prática Curricular. In: AZEVEDO, J.C, REIS, J.T. **Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo; Moderna 2013, 1ed. Pág. 139-163.

SEDUC-RS. Secretaria Estadual de Educação do rio Grande do Sul. Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio **(2011-2014)**. Porto Alegre. Acessado 7 de outubro 2013. Online. Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa>.